

A Reestruturação do Capitalismo Global e seus Impactos na Economia Brasileira

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. A Reestruturação do Capitalismo Global e seus Impactos na Economia Brasileira. *In* : SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.69-82. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p69-82>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO GLOBAL E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Francisco Luiz Corsi

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é tecer algumas considerações sobre as transformações do capitalismo global nas últimas décadas e os seus impactos na economia brasileira. A atual configuração do capitalismo global só pode ser entendida a partir dos desdobramentos da crise estrutural do capitalismo da década de 1970. Esta crise resultou da sobreposição de vários processos, quais sejam: perda de competitividade da economia norte-americana, esgotamento do fordismo, ascensão das lutas de classe no mundo, crise do sistema monetário internacional, crise energética e crise de hegemonia dos EUA. Este país, sob a égide do neoliberalismo, liderou no período que se seguiu a reestruturação do capitalismo com o fito de controlar a contestação social, recuperar a rentabilidade do capital e recompor a sua hegemonia. Os principais pilares da reestruturação do capitalismo foram os seguintes: paulatino desmonte do Estado de Bem-Estar Social, abertura das economias nacionais, desregulamentação dos mercados financeiros, reestruturação produtiva, nova onda de inovações tecnológicas e reconfiguração espacial da acumulação de capital (HARVEY, 1992; CHESNAIS, 1996; BRENNER, 2003).

Os desdobramentos desses processos foram diversos e não é possível discuti-los todos aqui. Cabe destacar que essas transformações criaram as condições para a hegemonia do capital financeiro e para a ascensão de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste asiático. Interessa discutir mais detidamente esse último ponto. Observa-se crescente formação de cadeias globais de produção. O capital buscou incorporar novos espaços de acumulação, nos quais pudesse dispor de mão-de-obra barata, qualificada e disciplinada. As grandes corporações passaram a coordenar e controlar processos globais de produção e distribuição, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Isto foi feito por meio de empresas organizadas em rede (BASUALDO; ARCEO, 2006). Neste processo a região do Leste asiático recebeu enorme fluxo de capitais.

Os impactos da reconfiguração espacial do capitalismo na periferia foram significativos. Verificou-se, entre outros pontos, maior penetração de produtos manufaturados provenientes da periferia nos mercados centrais. O bom desempenho dos países dessa região, que não ocorreu em outras áreas da periferia, se deveu a uma série de determinações geopolíticas, econômicas, sociais e políticas, que também não é possível aqui esmiuçar. Cabe ressaltar, todavia, que os países em desenvolvimento da Ásia seguiram, desde a década de 1960, projetos de desenvolvimento voltados para as exportações de manufaturados, o que os favoreceu na nova configuração do capitalismo. A maior abertura dos mercados centrais e os fluxos crescentes de capital para a periferia contribuíram para impulsionar as economias asiáticas, em particular a China, que vive um processo de transição para o capitalismo. O rápido crescimento chinês é parte integrante do boom de desenvolvimento no Leste asiático.

A ascensão do Leste asiático não é possível de ser compreendida sem que se leve em conta o papel do Japão, que intensificou suas exportações de capital e tecnologia para a região a partir dos anos 1980, e dos EUA, que adotaram políticas, pautadas pelo objetivo de conter a URSS, que contribuíram para o desenvolvimento regional, sobretudo da Coreia do Sul, e para a reinserção chinesa na economia mundial (MEDEIROS, 2008).

No entanto, as transformações estruturais na economia mundial, sozinhas, não explicam o avanço recente das economias do Leste asiático. Apesar de muitas peculiaridades nacionais, esse processo, calcado, em boa

medida, nas exportações de produtos manufaturados, baseou-se, em parte, na firme coordenação e controle do Estado de variáveis fundamentais da economia (câmbio, taxa de juros, crédito, etc.) e dos setores estratégicos. Também verificou-se um esforço autônomo de produção de tecnologia, o que implicou pesados investimentos públicos e privados em educação e pesquisa. Isso possibilitou esses países inserirem-se de maneira dinâmica no processo de mundialização do capital. A China, embora parte desse processo, apresenta uma série de peculiaridades, que não serão discutidas, pois fugiria dos limites do presente artigo. Porém, é importante indicar que a revolução Chinesa foi sobretudo uma revolução nacional, pautada por um projeto de transformar a China em grande potência.

Enquanto isso, os países da América Latina, que seguiram uma estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado interno e para a substituição de importações, se viram em grande dificuldade e viveram uma situação de baixo crescimento e instabilidade por duas décadas. O desmonte do modelo desenvolvimentista na região começou concomitantemente a crise estrutural do capitalismo a partir da implantação das ditaduras no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976. Na década de 1980, as economias latino-americanas foram assoladas pelas crises da dívida externa, inflacionárias e fiscais. Os países latino-americanos foram alijados dos fluxos de capitais e sofreram forte queda dos termos de troca em decorrência da crise mundial. Isto tornou bastante difícil o pagamento da dívida externa, mas mesmo assim eles tornaram-se exportadores líquidos de recursos para os países desenvolvidos. Sob pressão da crise, dos EUA, do FMI, do capital financeiro global e de amplos setores internos das classes dominantes vários governos da região adotaram, com pronunciados matizes nacionais, planos de estabilização, abertura e desregulamentação de suas economias e amplo processo privatização, inspirados no chamado Consenso de Washington. De maneira geral, os Estados perderam, em parte, o controle sobre suas economias nacionais e deixaram de ter condições de coordenar e liderar o desenvolvimento. Neste contexto, a América Latina apresentou nas décadas de 1980 e 1990 tendências ao baixo crescimento, a instabilidade econômica e a deterioração das condições de vida da maioria da população, o que contribuiu para que ela perdesse terreno na economia mundial. (CANO, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Os países do Leste asiático, que não seguiram as políticas do Consenso de Washington, tiveram melhor desempenho, em particular a China, que passou a projetar-se cada vez mais como um polo dinâmico de acumulação de capital em escala regional e mundial. A crescente projeção chinesa não se deu, até o momento, em confronto direto com a potência hegemônica. A economia chinesa e a de outros países da região cresceram a partir de certa simbiose com a economia norte-americana, que funciona como provedora de demanda para todo o sistema, ao mesmo tempo em que os superávits das demais regiões financiam os crescentes déficits norte-americanos. Esta simbiose vem, aparentemente, perdendo força desde a crise de 2008 (ARRIGHI, 2008; MEDEIROS, 2008; BELLUZZO, 2009).

A China, particularmente depois da crise asiática de 1997, se tornou paulatinamente no centro da economia asiática. Esta centralidade regional e o peso cada vez maior de seu mercado interno tendem a enfraquecer sua relação simbiótica com os EUA. A crise atual parece acentuar esse processo. Diante da crescente projeção chinesa os EUA adotaram, como um dos eixos estratégicos de sua política externa, uma política de contenção da China, que reage fortalecendo seu mercado interno, intensificando seus gastos militares, aproximando-se da Rússia e desenvolvendo uma política expansionista em termos econômicos na África e na América Latina, com fito de garantir fornecimento de bens primários (MEDEIROS, 2008).

Cabe destacar este último ponto, pois ele indica que a China busca criar sua própria periferia não apenas em escala regional, mas também em termos globais. O peso cada vez maior da China na economia mundial está alterando a divisão internacional do trabalho. Neste processo, a América Latina, que está sendo atraída pela China, tende a inserir-se de maneira crescente como fornecedora de commodities e bens manufaturados de baixo valor agregado (CORSI, 2011).

Essa tendência começou a delinear-se a partir da fase expansiva 2003-2008, quando o acelerado crescimento chinês elevou os preços das commodities, que também subiram devido à especulação. O resultado foi a melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, o que contribuiu para o bom desempenho da atividade econômica e para a redução da vulnerabilidade externa da região no período. A redução da vulnerabilidade

externa abriu espaço para políticas econômicas expansivas e reduziu a dependência dos capitais especulativos (PINTO; BALANCO, 2013).

Todavia, o crescimento da região no período em pauta não pode ser creditado apenas ao incremento das exportações e a redução da vulnerabilidade externa, também deveu-se a guinada política para centro esquerda em vários países da região, embora países, como o Chile e o Peru, que adotaram políticas neoliberais, também tenham apresentado um bom desempenho. As centro-esquerda contribuíram para o acelerado crescimento no período 2003-2008, pois incentivaram o aumento do consumo e dos investimentos (PRADO, 2012).

Entretanto, os impactos da ascensão chinesa não foram apenas positivos, contribuíram para um retrocesso da inserção da América Latina na economia mundial, pelo menos para os países mais desenvolvidos da região. Porém, a crise desencadeada a partir de 2008 parece arrefecer essa tendência da China buscar articular uma vasta periferia fornecedora de bens primários em virtude da desaceleração de seu crescimento econômico. Mas é cedo ainda para se chegar a conclusões. Seja como for, é neste contexto que temos que entender os impactos das transformações do capitalismo global na economia brasileira.

2 O CAPITALISMO GLOBAL E A ECONOMIA BRASILEIRA

A crise da dívida externa, a crise inflacionária e a crise fiscal, que colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista, associada a possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989, unificou os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. A adoção de políticas neoliberais implicou em uma reacomodação das frações das classes dominantes. Observou-se o fortalecimento dos setores financeiros e rentistas. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro. Os setores do capital mais vinculados ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto (CARNEIRO, 2002; BASUALDO; ARCEO, 2006).

O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo FHC, que adotou uma política de estabilização baseada em câmbio valorizado, associada a abertura e

desregulamentação da economia nacional e a redução do papel do Estado na economia, em especial por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos. Essa política resultou, entre outros pontos, em baixo crescimento econômico, desemprego, expansão da dívida pública, crescentes déficits na balança comercial e insustentável vulnerabilidade externa. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990 (FILGUEIRAS, 2000; CARNEIRO, 2002; GONÇALVES, 2002).

FHC foi obrigado alterar sua política econômica diante da crise. O câmbio fixo foi abandonado. Em seu lugar foram introduzidas as metas de inflação. O câmbio flexível, associado à introdução de metas de inflação e metas de superávit primário, continuaram a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer pressão inflacionária, que ameaçasse as metas, obrigava a elevação dos juros e a obtenção de superávits primários robustos. O resultado dessa nova política continuou a ser, de um lado, um crescimento medíocre e, de outro, polpuda remuneração ao capital financeiro e a submissão da política econômica aos seus interesses. Para os setores rentistas é fundamental assegurar a capacidade do Estado pagar suas dívidas, dado que a dívida pública consiste no principal sustentáculo da valorização do capital financeiro.

Essas medidas, contudo, não eram suficientes para resolver o central problema da vulnerabilidade externa, em particular em um contexto de redução dos fluxos de capital para a periferia em virtude das crises asiáticas, russa, brasileira e argentina, que foram seguidas pela crise na Nasdaq. A redução das importações não era suficiente para reequilibrar as contas externas e garantir o crescente retorno do capital estrangeiro aqui valorizado a esfera de circulação internacional do capital, ainda mais que parte não desprezível do capital que entrou no Brasil nos anos 1990 estava invertido em setores que não geravam divisas. Além da desvalorização, seria necessário incentivar as exportações por meio de outras medidas (DELGADO, 2010). As exportações de commodities agrícolas e minerais, por apresen-

tarem maior competitividade, teriam melhor desempenho que as exportações de manufaturados, que se mostrariam cada vez menos competitivas.

O governo FHC, sem muitas alternativas para estimular as exportações, adotou uma série de medidas para favorecer o agronegócio, embora àquela altura não fosse previsível o boom de commodities que se desencadearia a partir de 2003. No caso do agronegócio, cabe destacar sobretudo a ampliação de crédito subsidiado, as políticas de desenvolvimento tecnológico, o incremento dos investimentos em infraestrutura e a desvalorização da moeda. Medidas que visavam dotar o setor de maior competitividade no mercado mundial (DELGADO, 2010).

Dessa forma, as medidas adotadas pelo governo FHC, sem almejar esse objetivo, prepararam o terreno para Brasil adequar-se as tendências de reorganização da divisão internacional do trabalho, que derivavam da ascensão do Leste asiático como centro dinâmico da acumulação de capital, que começava a se consolidar a partir da superação da crise asiática.

O governo Lula aprofundaria esse caminho, apesar de ter flexibilizado a política de seu antecessor em muitos aspectos. O governo Lula manteve os pilares centrais da política macroeconômica de FHC, a saber: 1- política fiscal apertada, voltada para a obtenção de superávits primários com o objetivo de reduzir a dívida pública; 2- metas de inflação; 3- Câmbio flexível; 4- Taxas de juros elevadas. Também deu continuidade à política de estímulo as exportações de commodities, que seria de grande importância para reduzir a vulnerabilidade externa, abrindo espaço para uma série de medidas expansivas. Um dos resultados dessa política foi a tendência a apreciação cambial, que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. Essas medidas respondiam sobretudo aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a alta taxas do capital fictício em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas. Também beneficiou o agronegócio, que também está articulado, como os outros setores, ao capital financeiro. O agronegócio pode absorver a tendência a valorização da moeda a partir de 2003 graças ao grande incremento dos preços internacionais das commodities, o que não aconteceria com a indústria.

Contudo, sem confrontar o capital, o governo Lula adotou, ao mesmo tempo, uma série de medidas expansivas, votadas para dinamizar o mercado interno e enfrentar o problema da miséria e da desigualdade social. Dentre elas cabe destacar o programa bolsa família; a política de majoração do salário mínimo; a política de aumento de gastos com a educação; ampliação do crédito, sobretudo para o setor habitacional e para pequenas e médias empresas; o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa “Minha Casa Minha Vida” e a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como instrumento de política industrial partir do aumentos do crédito a juros baixos para fomentar setores da economia considerados estratégicos e a infraestrutura do país (SINGER, 2012; SICSÚ, 2013). Essas medidas foram fundamentais para Lula articular ampla base de sustentação política e social para o seu governo e garantir a eleição de sua sucessora.

Em um quadro de expansão da economia mundial, o resultado foi um crescimento bem superior ao período anterior, sustentado pelo aumento do consumo, do investimento e das exportações, acompanhado de melhorias nos salários e no emprego. Entretanto, a manutenção de juros elevados atraiu grande volume de capital especulativo para o Brasil em uma situação de alta liquidez internacional. O Brasil continuava sendo um espaço privilegiado de valorização do capital financeiro. Esse processo, somado a melhora dos preços das commodities, aprofundou a tendência valorização do real.

As consequências da associação de altas taxas de juros e câmbio excessivamente valorizado foram múltiplas. Um dos resultados foi a deterioração das contas externas. Depois de um período de grave crise nas contas externas do país, decorrente do Plano Real, a situação começou a melhorar a partir de 2003 no contexto de auge cíclico da economia mundial, quando, até 2007, o Brasil apresentou superávits nas transações correntes, graças sobretudo as exportações de bens primários. Porém, com a elevação das importações, o incremento dos gastos com o turismo e a forte majoração das remessas ao exterior os déficits voltaram e se agravaram com a crise mundial, que foi acompanhada de queda nos termos de intercâmbio e da demanda chinesa por matérias-primas e alimentos. Em 2007, o saldo de transações correntes foi positivo em 1,5 bilhões de dólares. No ano se-

guinte, a situação deteriorou-se e o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012, e atingiu 81,37 bilhões de dólares, em 2013, que teve que ser coberto, em parte, por investimentos em carteira, dado que os investimentos diretos foram da ordem de 64 bilhões de dólares. A política de incentivo as exportações de commodities não mais conseguem ser decisivas para estabilizar as contas externas. A balança comercial em 2013 teve um superávit de US\$ 2,55 bilhões, contra US\$ 19 bilhões em 2012. Em 2014, o déficit foi de 3,93 bilhões de dólares. Ou seja, o balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. Apesar do acúmulo significativo de reservas, que alcançaram a cifra de 380 bilhões de dólares em 2013, a situação não é tranquila. A vulnerabilidade externa não foi superada (GONÇALVES, 2013, p. 102-104, 124-125; IPEA/DATA, 2014).

A indústria brasileira, nestas circunstâncias, sofreu forte impacto da concorrência de produtos importados. Concorrência que se acirrou com a crise mundial. Muitos países, como por exemplo a China, levaram a cabo uma política de rebaixamento dos preços de seus produtos manufaturados e desvalorização cambial. Embora a economia tenha crescido, parte da demanda tem vasado para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. Não por acaso as importações têm crescido nos últimos anos a um ritmo superior que o das exportações, em que pese este comportamento também estar determinado pela crise mundial.

Esta situação de juros cronicamente acima das taxas internacionais e de valorização da moeda se reflete no nível de investimentos. A taxa de investimentos em relação ao PIB tem se mantido relativamente baixa ao longo da última década. Em 2003, a taxa de investimento era de 15,28% do PIB em valores correntes. Esta taxa subiu até 2008, quando atingiu a cifra de 19,11% do PIB. Caiu no ano seguinte e subiu em 2010 e 2011, para voltar a cair em 2012, atingindo 18,16% do PIB. Em 2013, foi de 18,4% e 18,7% do PIB no ano seguinte. A taxa de investimento nunca ultrapassou os 20% do PIB, taxa baixa para sustentar o crescimento por um longo período (IPEA/DATA, 2014).

Não por acaso observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. A queda da participação da indústria de transformação no PIB é ilustrativa. Em 1980, a participação deste setor no PIB era de 25,8%. Este

número caiu para 17,9% em 2010. O ritmo de crescimento do PIB *per capita* da indústria de transformação na última década cresceu em média 1,0% ao ano, enquanto que para o largo período 1900-2010 o crescimento dessa variável foi de 3,1% ao ano. Entre 2003 e 2010, a taxa média anual real de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação foi de 2,7%, enquanto que para a mineração foi de 5,5% e para agropecuária foi de 3,2%. Neste período, o crescimento médio anual do PIB foi de 4% (GONÇALVES, 2013, p.82-87, 90-92).

Este processo tem sido acompanhado no período recente pela reprimarização da pauta de exportações. Em 1980, a composição das exportações era a seguinte: produtos básicos 42,2% do total, produtos semi-manufaturados 11,7% e manufaturados 44,8%. Em 2002, esses números eram respectivamente os seguintes: 25,5%, 15,3% e 56,8%. Em 2010, os produtos básicos representavam, 38,5%, os semimanufaturados 13,7% e os manufaturados 45,6% (GONÇALVES, 2013, p. 93).

O governo Dilma manteve no fundamental a política econômica de Lula. A adoção de medidas restritivas para conter os desequilíbrios causados pelo forte crescimento de 2010, em um contexto de recrudescimento da crise internacional, teve como resultado uma queda significativa do PIB em 2011 e 2012. Quando ficou claro que a desaceleração da economia seria maior do que a esperada, o governo reagiu e esboçou uma flexibilização da política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação. O governo também reduziu o compulsório e o IOF sobre o crédito pessoal. Também incrementou o gasto público tanto na rubrica de custeio quanto na de investimento. O salário mínimo sofreu forte aumento. Da mesma forma, os auxílios relativos à bolsa família também foram majorados. O governo aprofundou a política de desoneração fiscal de setores considerados importantes para estimular a economia. Também buscou proteger setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa por meio de várias medidas, a saber: medidas antidumping, maior rigor na fiscalização das importações, aumento de imposto sobre produtos industrializados importados, preferência por produtos nacionais nas licitações públicas, aumento de tarifas, etc. (SICSÚ, 2013).

Mas essa reação teve fôlego curto, pois soçobrou diante sobretudo das pressões dos setores rentistas. A partir de agosto de 2011 o governo

começou lenta redução da taxa de juros básicos, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, taxa mais próxima das em vigor no mercado mundial. O capital financeiro, com amplo apoio da grande imprensa, passou a fazer acirradas críticas ao governo tendo como mote a elevação da inflação, que teria fugido do controle. Contudo, não havia indícios de uma crise inflacionária, apesar da alta dos preços ameaçar superar o teto de 6,5% da meta.

Não obstante essas medidas, a economia não reagiu e a inflação continuou próxima do teto da meta. Neste contexto, a imprensa intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter o processo inflacionário. A grande imprensa e o capital financeiro passaram a clamar por medidas duras contra o incremento dos preços por meio da elevação dos juros e do superávit primário elevados nas contas públicas. Um pouco depois desencadeou-se por todo o país uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde. Também clamavam pelo fim da corrupção generalizada que afeta o setor público. Movimentos bastante heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas (SINGER, 2013). Esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa. Dilma anunciou algumas medidas para enfrentar a situação bastante precária dos serviços públicos, mas esses problemas exigirão tempo e muito recursos para serem enfrentados. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas focalizadas e de caráter compensatório que o governo vem levando a cabo e apontam para a necessidade de políticas mais universais para enfrentar as múltiplas causas da miséria e da desigualdade. Os necessários investimentos maciços a partir de políticas públicas universais nestas áreas poderiam representar uma nova frente de expansão que poderia contribuir para a retomada mais vigorosa e em longo prazo do crescimento econômico.

O governo Dilma recuou ante as pressões do capital financeiro e a perda de popularidade. O Banco Central retomou o processo de majoração dos juros em abril de 2013, advogando a necessidade de fazê-lo para conter a inflação dentro das metas, embora as taxas internacionais de juros continuassem baixas. A taxa básica de juros subiu de 7,25% em março para 9% em agosto de 2013 e não parou de subir, atingindo 11,75%, em dezembro de 2014. O déficit crescente nas transações correntes, o baixo crescimento econômico, a deterioração das contas do governo e as incertezas do quadro

internacional e interno depois da reeleição de Dilma intensificaram saída de capital e a especulação contra o real, o que vem acarretando importante desvalorização da moeda. Esta desvalorização, necessária para diminuir as pressões sobre as contas externas, melhorar a competitividade do setor industrial e estimular exportações, pressionará os preços, exigindo de acordo com a lógica da política de metas de inflação a intensificação da majoração dos juros, o que por sua vez, tenderá a frear a atividade econômica e elevar o desemprego. Uma provável queda do emprego e dos salários, resultante desse processo, poderá corroer a principal base de sustentação do governo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil encontra dificuldades na atual situação da economia mundial que parece se delinear com a ascensão da China como centro dinâmico do capitalismo global e a manutenção do predomínio do capital financeiro. Este país vem constituindo sua periferia e a América Latina tende a compô-la como fornecedora de commodities e de produtos manufaturados pouco intensivos em tecnologia, embora esse processo possa sofrer retrocessos com a desaceleração da economia chinesa decorrente da crise global. A crise coloca possibilidades para a economia brasileira. Uma possibilidade seria uma economia centrada em um amplo setor de serviços, em um forte setor financeiro e nas exportações de bens primários e de bens manufaturados de baixo valor agregado. Nesta alternativa, existiria aparentemente menor possibilidade de enfrentar os problemas relativos ao emprego, a distribuição da renda e as desigualdades sociais. Amplos setores das classes dominantes, articulados ao capital financeiro global, defendem essa saída. Outra, aparentemente mais difícil, seria crescer com base no mercado interno, mas sem abrir mão de um forte setor exportador, que desenvolva as cadeias produtivas a ele vinculadas, e da participação do capital globalizado em sua economia. Desenvolver o mercado interno implica ter um setor industrial forte, inclusive com alguns ramos voltados para as exportações, e em um setor de serviços moderno. Assim seria possível sustentar o crescimento, o emprego e a renda em um patamar elevado, respondendo as demandas do grosso da população. Esta estratégia implica ruptura com o neoliberalismo. Também seria possível uma mescla dessas alternativas. Qual dessas possibilidades se concretizará ainda não é possível saber.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BASUALDO, E.; Arceo, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Edunesp, 2009.
- BRENNER, R. *O bomm e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Edunesp, 2000.
- _____. *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP, 2014.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2010. Disponível em: <www.eclac.org>. Acesso em: 11 set. 2014.
- _____. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y Caribe*. Santiago, 2011. Disponível em: <www.eclac.org/cgi-bin/getPred.asp?xml/publicaciones/xml/9/44349.xml>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORSI, F. L. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, Marcos C.; PAULINO, Luís A. (Org.). *As relações entre China e América Latina num contexto de crise*. São Paulo: LCTE, 2011. p. 109-130.
- DELGADO, G. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 111-125, 2010.
- FILGUERAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GONÇALVES, R. *O vagoão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IPEA/DATA Macroeconomico. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

MEDEIROS, C. A globalização e a inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.279-346.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. H.; SERRANO, F. (Org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-273.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. *Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

PRADO, A. *El desarrollo en América Latina después de la crisis financiera de 2008*. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes/>> . Acesso em: 01 set. 2014.

SADER, E. (Ed.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SICSÚ, J. *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração, 2013.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes, protestos e revoluções. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.97, p. 23-40, nov. 2013.